

Crise afasta estabilidade no 2º semestre

Marizete Mundim

A estabilização econômica continua sendo uma miragem para os brasileiros. O cenário traçado por assessores do ministro Marcílio Marques Moreira para o segundo semestre do ano não é nada animador: a inflação se mantém em dois dígitos (os técnicos não fazem previsão, mas dificilmente fica abaixo de 15%); o desemprego ainda atingirá cerca de 2 milhões de trabalhadores; os salários permanecerão defasados; e qualquer movimento brusco na economia poderá provocar repiques inflacionários.

A administração da economia nos próximos seis meses será facilitada por uma previsível melhoria no quadro fiscal e pela aprovação de alguns projetos de modernização, como a concessão de serviços públicos. Mas poderá ser afetada de maneira importante, caso os oligopólios voltem a remarcar abusivamente, como aconteceu na semana passada. A situação é delicada: "Com a inflação no patamar dos 20%, qualquer movimento mais brusco é desestabilizador", admitiu um assessor de Marcílio.

De olho nesse delicado equilíbrio, o Governo decidiu exercer um controle rigoroso sobre os abusos do poder econômico. Segundo graduado assessor do ministro da Economia, a idéia é usar todos os instrumentos de política econômica (como restrição de crédito oficial, redução de alíquotas de importação); e aqueles oferecidos pela via jurídica (multas que chegam a centenas de milhões de cruzeiros, impostas pelo Cade), para forçar os oligopólios a não abusarem de seu poder de formadores de preços.

Segundo o economista, a intenção do Governo não é flagrar "casos exemplares", porque isso já se tentou antes e com parcos resultados. A estratégia é a de, sempre que houver abuso econômico, usar todos os instrumentos legais disponíveis para puni-lo e não deixar mais que apenas as forças de mercado ajam. "Até porque com oligopólios elas nem sempre são eficientes", argumentou. "Toda hora que

precisar, o Governo deve dar uma paulada", resumiu.

Sabendo que a crise não será debelada nos próximos seis meses e preocupado com os níveis de desemprego, o Ministério da Economia já deu sinal verde ao Congresso para facilitar a vida dos desempregados. No próximo dia 31, acabariam as facilidades criadas temporariamente para o saque do seguro-desemprego, decisão tomada no ano passado para amenizar os efeitos da recessão. Mas nos próximos dias, o deputado José Serra (PSDB-SP) deverá apresentar proposta prorrogando por mais seis meses essas facilidades.

O insucesso do Governo em cumprir as metas inflacionárias prometidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) levará a uma renegociação. O acordo previa uma taxa de 10% em julho e uma trajetória que chegaria a 2% em dezembro, objetivo já definitivamente arquivado.

Segundo um dos encarregados de discutir a questão com o FMI, "os técnicos do Fundo estão menos preocupados com esse detalhe do que a imprensa. É claro que o Brasil não passou com grau dez, mas apresentou todo um histórico de ações e resultados durante o semestre, que demonstra que o Governo está levando seu programa a sério".

Só que o estouro das metas inflacionárias prejudicou a obtenção das metas monetárias. O Brasil tinha previsto uma necessidade de financiamento do setor público (despesas acima das receitas) de Cr\$ 202 trilhões, de janeiro a dezembro. O Governo tinha estimado uma inflação abaixo de 10% no segundo semestre e assim sua necessidade de financiamento foi fixada em Cr\$ 82 trilhões nos últimos seis meses do ano. Como a inflação será bem maior, a necessidade de recursos para financiar o setor público aumentará na mesma proporção e o Governo terá de conseguir muito mais do que os Cr\$ 82 trilhões inicialmente previstos para cobrir suas despesas. A revisão das metas inflacionárias deverá ser negociada com o FMI já no mês que vem.



Humberto Pradera

O ministro Marcílio determinou rigor no controle e punição dos abusos de poder econômico